



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



RENATA BLOTTA GATTI

**Desafios atuais do envelhecimento
populacional e principais políticas públicas:
uma análise comparativa Brasil e Portugal**

trabalho de conclusão de curso – modelo intervenção comunitária

Limeira
2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



RENATA BLOTTA GATTI

**Desafios atuais do envelhecimento
populacional e principais políticas públicas:
uma análise comparativa Brasil e Portugal**

trabalho de conclusão de curso – modelo intervenção comunitária

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Administração Pública à
Faculdade de Ciências Aplicadas da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José Barbieri Ferreira

Limeira
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

G229d Gatti, Renata Blotta, 1998-
Desafios atuais do envelhecimento populacional e principais políticas públicas : uma análise comparativa Brasil e Portugal / Renata Blotta Gatti. – Limeira, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Marcos José Barbieri Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Políticas públicas. 2. Envelhecimento da população. 3. Relação entre gerações. 4. Brasil. 5. Portugal. I. Ferreira, Marcos José Barbieri, 1968-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Current challenges of population aging and main public policies : a comparative analysis Brazil and Portugal

Palavras-chave em inglês:

Public policies

Population aging

Intergenerational relations

Brazil

Portugal

Titulação: Bacharel em Administração Pública

Data de entrega do trabalho definitivo: 28-11-2021

GATTI, Renata Blotta. Desafios atuais do envelhecimento populacional e principais políticas públicas: uma análise comparativa Brasil e Portugal: trabalho de conclusão de curso – modelo intervenção comunitária. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública.) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2021.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo apresentar um comparativo entre Brasil e Portugal em relação aos desafios atuais do envelhecimento populacional e as principais políticas públicas relacionadas a essa temática. Desse modo, o trabalho contempla os tópicos de Revisão bibliográfica do conceito da intergeracionalidade e da sua relação como promotora do bem estar social do idoso; de Descrição das mudanças demográfica – no âmbito Brasil e Portugal; da Análise do envelhecimento populacional – causas e consequências; do Estudo de caso do envelhecimento populacional em Portugal; de Descrição das principais políticas públicas para a terceira idade e sua relação com a intergeracionalidade – no âmbito Brasil e Portugal e por último, as Considerações finais.

Palavras-chave: Políticas públicas 1. Envelhecimento populacional 2. Intergeracionalidade 3. Brasil 4. Portugal 5.

GATTI, Renata Blotta. Desafios atuais do envelhecimento populacional e principais políticas públicas: uma análise comparativa Brasil e Portugal: trabalho de conclusão de curso – modelo intervenção comunitária. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública.) – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2021.

ABSTRACT

The presente work has as the main objective to present a comparison between Brazil and Portugal in relation to the current challenges of population aging and the main public policies related to this theme. Thus, the work includes the topics of Bibliographic review of the concept of intergenerationality and its relationship as a promoter of the social well-being of the elderly; Description of demographic changes – in Brazil and Portugal; Analysis of population aging – causes and consequences; the case study of population aging in Portugal; de Description of the main public policies for the elderly and their relationship with intergenerationality – in the context of Brazil and Portugal, and finally, the Final Considerations.

Keywords: Public policies 1. Population aging 2. Intergenerationality 3. Brazil 4. Portugal 5.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos	9
Figura 2	Divisão territorial por região no Brasil.....	10
Figura 3	Taxa de Fecundidade: Brasil e Portugal.....	11
Figura 4	Pirâmide Etária Brasil e Portugal.....	12
Tabela 1	Percentual do número de idosos NUTSII de 1950 a 2011.....	12
Tabela 2	Percentual do número de idosos por região do Brasil de 1970 a 2010.....	13

SUMÁRIO

1	Revisão Bibliográfica do conceito da intergeracionalidade e da sua relação como promotora do bem estar social do idoso.....	7
2	Descrição das mudanças demográficas: Brasil e Portugal.....	8
3	Análise do envelhecimento populacional: causas e consequências.....	14
4	Estudo de caso do envelhecimento populacional em Portugal.....	15
5	Descrição das principais políticas públicas para a terceira idade e sua relação com a intergeracionalidade: Brasil e Portugal.....	18
6	Considerações Finais.....	23
7	Referências.....	24

1. Revisão Bibliográfica do conceito da intergeracionalidade e da sua relação como promotora do bem estar social do idoso

Neri (2005) assume o conceito da intergeracionalidade como o termo referente às relações entre indivíduos de diferentes gerações, envolvendo toda a vida social, além do contexto familiar. Essas relações, portanto, contribuem para a leveza e entusiasmo no processo de envelhecimento. Com isso, discute-se a ideia de quebra de preconceitos, já que o contato entre as gerações possibilita uma troca positiva entre estas (Grazina, Sousa, 2012).

Carlson (2009), em um estudo na Universidade de Washington - "W", EUA - afirmou a relevância das relações intergeracionais na prevenção de doenças e na promoção de um envelhecimento saudável. O autor observou que, o envolvimento entre jovens e idosos pode reduzir os riscos de demência para os últimos, além de promover uma estimulação cognitiva, psíquica e social para ambos. Ademais, foi constatado o aumento da autoestima nos idosos, garantindo-os uma realização pessoal.

Na mesma perspectiva, Nunes (2009) reconhece que a intergeracionalidade deve ser compreendida como provedora de compartilhamento de competências e capacidades entre jovens e idosos, bem como enriquecedora de experiências de vida e conhecimento. Nesse âmbito, portanto, Nunes articula a temática acerca da intergeracionalidade com o equilíbrio social, capaz de tornar as sociedades mais solidárias, colaborativas, dignas e, conseqüentemente, mais justas.

Tais benefícios podem ser gerados a partir da elaboração de programas/atividades intergeracionais, estudados por Ames e Youatt (1994). Considerando o desenvolvimento dos mesmos, os autores acreditam na importância de categorias atreladas à construção da proposta, que são: promoção da saúde, serviço público, educação, desenvolvimento pessoal e recreação/lazer. Nesse sentido, salienta-se a importância dos estudos acerca da inserção social dos idosos, no que tange à intergeracionalidade.

2. Descrição das mudanças demográficas: Brasil e Portugal

O envelhecimento populacional tem uma ligação estreita com o processo de transição demográfica. Observa-se uma mudança no comportamento demográfico da população, com a variação dos níveis de natalidade e mortalidade além dos movimentos migratórios, tornando-se a população mais envelhecida ou jovem. O cenário observado no Brasil e em Portugal, é uma queda acentuada da fecundidade e do progressivo aumento do grupo dos idosos, com a elevação da expectativa de vida, por conta das melhores condições econômicas e sociais.

Contudo, é preciso entender que os dois países possuem volumes populacionais, dimensões territoriais e realidade social muito distintos. A cada 10 anos é realizado o Censo Demográfico nos dois países. Em Portugal, a contagem é feita no primeiro ano da década pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) – último censo em 2011 – enquanto no Brasil o recenseamento é feito no ano zero da década pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo sido seu último censo em 2010.

Sendo um país membro da União Europeia (UE) - união econômica e política de 27 Estados-membros independentes situados principalmente na Europa – Portugal tem seu território geográfico com 92.212 km² e 10,31 milhões de residentes, e é organizado pela Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS). As NUTS são as divisões regionais existentes em todos os estados-membros da União Europeia, para efeitos de análise de dados estatísticos, com base em uma divisão coerente e estruturada do território. Ela é formada por três níveis hierárquicos: NUTS I, NUTS II e NUTS III.

A NUTS I portuguesa é composta por três unidades, correspondentes ao território do continente e das regiões Autônomas dos Açores e da Madeira. A NUTS II é constituída por sete unidades, das quais cinco ficam no continente, além dos territórios das Regiões Autônomas do Açores e da Madeira. A NUTS III é formada por 25 unidades – 23 delas localizam-se no continente e duas correspondem às Regiões Autônomas do Açores e da Madeira, conforme se observa na figura 1. Importante ressaltar que as NUTS são apenas utilizadas para fins estatísticos, pois, administrativamente, o país é dividido em municípios e freguesias.

NUTS I	NUTS II	NUTSIII
Continente	Norte	Alto Minho
		Cávado
		Ave
		Área Metropolitana do Porto
		Alto Tâmega
		Tâmega e Souza
		Douro
		Terra de Trás-dos-Montes
	Algarve	Algarve
	Centro	Oeste
		Região de Aveiro
		Região de Coimbra
		Região de Leiria
		Viseu Dão-Lafões
		Beira Baixa
		Médio Tejo
	Beira da Serra da Estrela	
	Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
	Alentejo	Alentejo Litoral
		Baixo Alentejo
		Lezíria do Tejo
		Alto Alentejo
		Alentejo Central
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	

Figura 1: Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

O Brasil tem seu território geográfico com aproximadamente 8.516.000 km² de área e encontra-se subdividido em 5 regiões, 27 estados, com 5.565 municípios, e possui 212,6 milhões de habitantes. É o país mais extenso do Hemisfério Sul, além de ser o país lusófono mais extenso do mundo, aproximadamente 92 vezes superior à área ocupada por Portugal. A figura 2 demonstra apenas a divisão territorial por regiões.



Figura 2: Divisão territorial por região no Brasil.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Em termos populacionais, Portugal não tem apresentado um crescimento considerável. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2001 e 2011 Portugal teve uma taxa de crescimento efetivo de valor negativo (-0,29%), sendo valores negativos da taxa de crescimento natural (-0,06%) e taxa de crescimento migratório (-0,23%). Por sua vez, o Brasil teve um crescimento populacional constante e progressivo, entre o Censo 2000 e 2010, e a população cresceu 12,3%, isto é, 21 milhões a mais de brasileiros.

Com relação a figura 3, observa-se uma redução gradativa na taxa de fecundidade em ambos os países ao longo dos anos. Percebe-se que o Brasil apresenta uma variação maior de 1960 a 2021, comparando o mesmo período em Portugal.

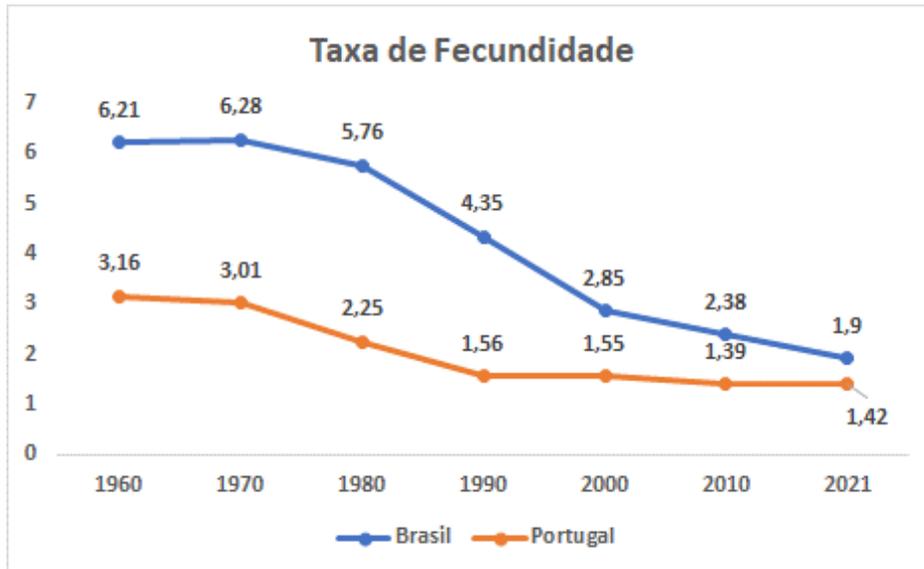


Figura 3: Taxa de Fecundidade: Brasil e Portugal.

Fonte: IBGE, 2010 / INE, 2011.

A figura 4 mostra um comparativo entre as pirâmides etárias do Brasil e de Portugal, conforme último senso realizado nos dois países. Observa-se que Portugal se apresenta como um país mais envelhecido em relação ao Brasil. Esses efeitos são vistos no estreitamento observado na base da pirâmide etária portuguesa que corresponde a redução do número de jovens e no alargamento do topo da pirâmide que se traduz ao crescimento da população idosa. Segundo dados do INE e OMS, respectivamente, Portugal é o terceiro país mais envelhecido da Europa e o quinto do mundo e o Brasil até 2025 será o sexto país do mundo com maior número de pessoas idosas.

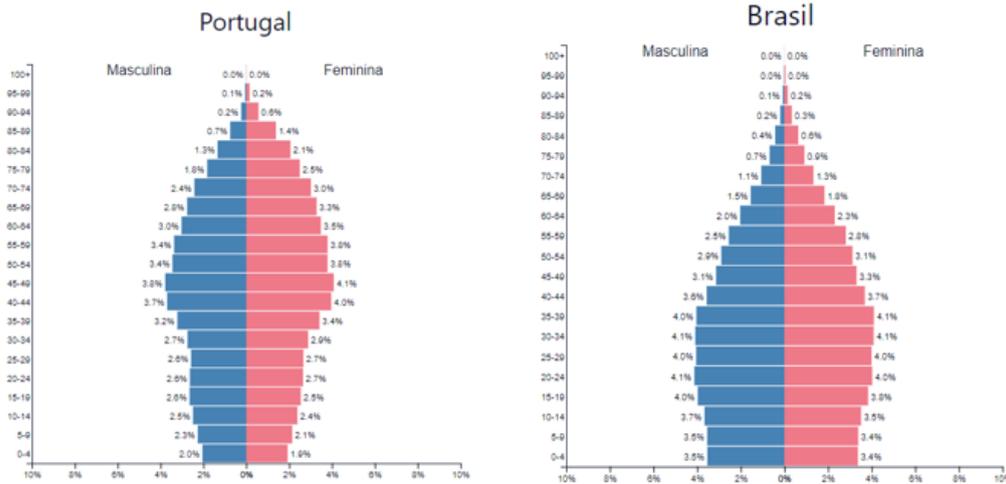


Figura 4: Pirâmide Etária Brasil e Portugal.

Fonte: IBGE, 2010 / INE, 2011.

Em Portugal, tratando-se da NUTS II, observa-se um aumento gradativo e constante no número de idosos entre 1960 e 2011, conforme mostra a tabela 1. É possível observar que por mais que a NUTS II tenha demonstrado que, em 1960, o Algarve tivesse uma proporção de idosos mais expressiva, quando se comparado a 2011, é possível perceber que isso ocorre com o Alentejo e o Centro que apresentam as porcentagens de idosos mais elevadas (INE, 2011). Isso significa que são as NUTS do Interior Centro as que registram o envelhecimento mais intenso.

Portugal/NUTS II	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	8,0	9,7	11,4	13,6	16,4	19,0
Norte	6,9	8,2	9,8	11,4	14,0	17,1
Centro	9,2	11,6	13,8	16,5	19,4	22,4
Lisboa	7,9	8,7	9,7	12,3	15,4	18,2
Alentejo	8,2	11,7	15,4	18,6	22,3	24,2
Algarve	10,5	13,9	15,8	17,3	18,6	19,5
Região Autónoma dos Açores	6,7	8,8	11,3	12,5	13,0	13,1
Região Autónoma da Madeira	6,5	8,2	10,5	11,6	13,7	14,9
Total	63,9	80,8	97,7	113,8	132,8	148,4

Tabela 1: Percentual do número de idosos NUTSII de 1950 a 2011.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

Já no Brasil, segundo dados do IBGE, há também um aumento gradativo e constantes no número de idosos por região entre 1970 e 2010 conforme tabela 2. É possível visualizar que as regiões Sudeste e Sul iniciaram esse processo de transição, que se espalhou por todas as regiões do país, apresentando em 2010, estruturas etárias envelhecidas ou em processo acelerado de envelhecimento.

Brasil/Regiões	1960 (%)	1970 (%)	1980 (%)	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Norte	3,0	4,0	4,0	5,0	5,0	8,0
Nordeste	5,0	5,0	6,0	7,0	8,0	10,0
Sudeste	5,0	6,0	6,0	8,0	9,0	12,0
Sul	4,0	5,0	6,0	8,0	9,0	12,0
Centro-Oeste	3,0	3,0	4,0	5,0	7,0	9,0
Total	20,0	23,0	26,0	33,0	38,0	51,0

Tabela 2: Percentual do número de idosos por região do Brasil de 1970 a 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

3. Análise do envelhecimento populacional: causas e consequências

As causas do envelhecimento populacional são discutidas e, assim, percebe-se as influências das mudanças sociais que ocorreram a partir da década de 1960 na vida da mulher. As mudanças no mercado de trabalho e sua inserção no mesmo, no nível educacional e no casamento resultaram na redução de filhos por mulher, assim como a medicina preventiva e programas voltados para a qualidade de vida contribuem para a ampliação da longevidade. Em concordância, há aparecimento da pílula anticoncepcional e assim, a diminuição na fecundidade.

Do mesmo modo, existe o aumento na expectativa de vida devido às melhores condições de vida, saneamento e condições sociais, com o advento do uso de antibiótico, vacinas e medicina preventiva. Portanto, a junção das ocorrências representa o fenômeno da transição demográfica (nascimento/morte), qual é demarcada, em média, por um nascimento de filhos por mulher que não repõe um casal, retratando um cenário para 2030 com muito mais idosos do que crianças de acordo com marcadores mundiais.

Esse crescimento da população idosa deve gerar uma série de mudanças na sociedade, relacionadas ao setor econômico, ao mercado de trabalho, aos serviços e sistemas de saúde pública e às relações familiares. Com isso, destaca-se a relevância do fortalecimento de políticas públicas focadas na população idosa, visando a qualidade de vida, inserção social, cuidados especiais e prevenção das degenerações que possam vir a ocorrer.

4. Estudo de caso sobre envelhecimento populacional em Portugal

Este estudo de caso irá abordar minha vivência internacional realizada em 2018, em Portugal, mais especificamente em uma freguesia do município de Barcelos chamada Macieira de Rates. Durante 6 semanas me propus a fazer um intercâmbio voluntário pela Aiesec e assim, desenvolver um projeto em uma instituição de idosos. A Aiesec é uma organização internacional e não governamental, presente em 120 países, que além de ajudar na construção de um mundo melhor, possibilita o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens estudantes através de programas de intercâmbio.

A Aiesec encontra-se presente em diversas universidades no Brasil, inclusive na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que foi por onde eu a conheci. Para realizar o trabalho voluntário mediado pela Aiesec, foi preciso fazer um cadastro no próprio site da organização, passar por uma entrevista e pagar uma taxa administrativa após a escolha do país e projeto. Escolhi desenvolver um projeto com idosos no Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

O Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa, é uma instituição não governamental de caráter voluntário e de interesse público sem fins lucrativos, que desenvolve suas atividades devidamente apoiadas pelo Estado português. Foi fundada por José António Marques em 11 de fevereiro de 1865 e integra o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho - a maior rede humanitária do mundo, destinada a defender a paz, garantir o respeito pela dignidade da pessoa humana, minorizar os efeitos da guerra e a promover a vida e a saúde.

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), como pode ser chamada, esforça-se para prevenir e aliviar o sofrimento humano, em Portugal e no mundo. Possui como missão prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. A instituição age no respeito pelos princípios fundamentais da Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

O objetivo desse intercâmbio era conhecer novas pessoas, mergulhar na cultura de um país diferente do meu e ainda ajudar na construção de um mundo melhor. Escolhi um projeto no qual eu tinha certeza que iria me identificar: Projeto

Ativa. O Projeto Ativa tinha como propósito gerar melhor qualidade de vida para os idosos que estavam em situação de institucionalização, estimulando o desenvolvimento educativo, cultural e social, sempre acompanhado de trocas de ideias, histórias de vida e afetos.

Fazer esse intercâmbio em Portugal, não foi por acaso. O envelhecimento populacional é uma realidade preocupante em Portugal, que precisa de uma atenção especial. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa, a partir dos censos realizados em 2011, a população idosa com mais de 65 anos de idade é de 2 milhões de pessoas, representando cerca de 19% da população total. Logo, respostas sociais são necessárias tornando-se essencial que instituições tenham condições de permitir ao idoso um envelhecimento digno.

O público alvo abrangido pelo projeto tinham idades compreendidas entre 60 e 85 anos, sendo que em 2018, eram aproximadamente 25 idosos do “Centro do Dia” e 35 idosos do “Estabelecimento Residencial”. O “Centro do dia” é caracterizado por idosos que passam o dia na CVP e após o jantar retornam para suas casas, já o “Estabelecimento Residencial” é caracterizado por idosos que residem na instituição. As atividades do projeto eram facultativas, porém foi observado uma participação ativa da maioria dos idosos.

A instituição possuía uma “animadora”, que era responsável em acompanhar os idosos durante o dia e realizar diferentes atividades com eles. Foi com essa “animadora” que trabalhei durante o projeto. Todos os dias um plano deveria ser seguido, e então, várias atividades foram executadas: animação como método de cativar os idosos, dinâmicas, atividades físicas e de memória, jogos, rodas de conversa, visitas culturais e atividades de interação intergeracional.

Diante de todas as atividades desenvolvidas no projeto, importa mencionar nesse estudo de caso, as atividades de interação intergeracional. Tais atividades tiveram como finalidade gerar troca de saberes e aprendizagem mútua entre jovens e idosos, ou seja, entre indivíduos de diferentes gerações. Isso possibilitava tanto ao jovem, quanto ao idoso aprender e vivenciar diversas formas de agir, pensar e sentir, e assim, poder melhorar as visões e opiniões acerca das pessoas e do mundo.

Vale ressaltar que eram durante essas atividades intergeracionais que os idosos, cada um com suas particularidades, contavam suas histórias de vida. Percebi que a grande maioria, principalmente os idosos que residiam na CVP,

demonstravam tristeza ao dizer que a família (principalmente filhos e netos) não estavam mais presentes na vida deles, por morarem em outro país e a distância ter feito o contato e o afeto diminuírem.

Diante disso, pude perceber que a sociedade contemporânea é realmente caracterizada pelo individualismo e pelo distanciamento entre gerações, e assim, o desenvolvimento de atividades intergeracionais apresenta-se como um desafio necessário nos dias de hoje, para que idosos não se sintam sozinhos e desamparados. Com isso, os momentos de interação com eles foram importantes para romper com a tristeza que estavam sentindo naquele momento da vida, por estarem longe da família. A ideia era levar alegria diária, afeto, solidariedade e aumento da autoestima, e tenho certeza que tais objetivos foram alcançados.

Como resultado desse estudo de caso, qual abrangeu as atividades do projeto ativa e as reflexões acerca do que foi vivenciado, pode-se dizer que os idosos que participam e vivem no Centro Humanitário da Cruz Vermelha estão bem assistidos por esta instituição que é referência mundial. Porém, espera-se que os idosos, de modo geral, possam estar diariamente em contato com outras gerações, ensinando e/ou aprendendo com a troca de experiência, para que o sentimento de tristeza e solidão diminua nos mesmos. Com isso, é fundamental que as instituições juntamente com o governo gerem ações de modo a atender as necessidades desses idosos.

5. Descrição das principais políticas públicas para a terceira idade e sua relação com a intergeracionalidade: Brasil e Portugal

Até recentemente, o Brasil era considerado um país jovem, mas nas últimas décadas o contorno da pirâmide etária mudou, e a população idosa aumentou significativamente, levando o governo a formular e reorganizar políticas públicas para essa faixa etária. Até a década de 1980, as políticas voltadas para a população idosa tinham como foco a garantia de renda e assistência social, por meio da oferta de asilo aos idosos em situação de risco social. Esta década representou um período absolutamente rico em que os idosos começaram a se organizar e surgiu a primeira associação de idosos no Brasil. Foi também nesse período que a Sociedade Científica iniciou suas primeiras pesquisas gerontológicas e realizou diversos seminários e conferências, sensibilizando o governo e a sociedade para a questão da velhice.

Foi a partir da 1ª Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, ocorrida em Viena em 1982, que teve como propósito mudar a percepção do papel do idoso na sociedade, que o Brasil passou a adotar em sua agenda o tema do Envelhecimento Saudável, refletindo com a inclusão do tema no capítulo referente às questões sociais na Constituição Federal do Brasil, de 1988. A Constituição levou em conta algumas diretrizes da Assembleia de Viena e introduziu o conceito de seguridade social a fim de adquirir uma conotação de direito de cidadania.

Por mais que a Constituição de 1988 tenha apontado, pela primeira vez na história brasileira, que a proteção social ao idoso é um dever do Estado e um direito de todo o cidadão, poucos avanços e muitos retrocessos aconteceram em termos de política social. Contudo, ação de algumas entidades como o SESC (Serviço Social do Comércio), além de manter vivo o debate sobre a necessidade de políticas de atenção à velhice, realizaram ações significativas que contribuíram para a visibilidade aos idosos e a suas condições de vida.

Em 1993, foi elaborada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, lei nº 8.742, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal e dispõe em seu art. 1º a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado e no art.2º garante ao idoso a proteção e um salário mínimo de benefício. Esse benefício mensal, intitulado Benefício de Prestação Continuada – BPC é destinado aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas portadoras de deficiência incapacitadas

para o trabalho e para a vida independente. Em ambos os casos, a renda familiar per capita dos beneficiários devem ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

No ano de 1994, foi aprovada a Lei nº 8.842 da Política Nacional do Idoso – PNI. A PNI tem como propósito garantir ao idoso seus direitos sociais, gerando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Identifica a velhice como uma questão prioritária no contexto das políticas sociais brasileiras e possui como foco a promoção da longevidade com qualidade de vida, desenvolvendo ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer. No Art.2º - considera idosa a pessoa maior de 60 anos de idade.

Levando em consideração a temática da intergeracionalidade, o artigo 4, inciso I da PNI, refere-se à “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações” sustentando a importância do desenvolvimento de ações intergeracionais. Dessa forma, a PNI procura reduzir a exclusão do idoso, dando destaque à manutenção do seu papel social e a sua reinserção social ao evidenciar possibilidades de integração do idoso com outras gerações.

Em 2003, após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado o Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - que tem o intuito de garantir os direitos pelas políticas públicas voltadas à pessoa idosa, com uma perspectiva de longo prazo ao estabelecimento de medidas que visam o bem-estar dos idosos. O Estatuto fortalece e amplia os mecanismos de controle das ações desenvolvidas, em âmbito nacional e complementar à lei que instituiu a PNI. Além disso, no que tange à intergeracionalidade, o Estatuto refere-se a mesma como sendo prioridade para a efetivação dos direitos do idoso, conforme diz o art.3º inciso IV: “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações”.

No caso de Portugal, até 1974, a intervenção social no país possuía um caráter caritativo, privado e religioso. No período compreendido como Estado Novo, regime político ditatorial que vigorou entre os anos de 1933 a 1974, a população idosa era vista exclusivamente a partir da condição de vulnerabilidade e por este motivo tratada longe do ideal. Eram dois tipos de tratamento público reservados para a velhice neste período. O primeiro equiparava a velhice à invalidez e indigência, tendo o direcionamento dos mais velhos para locais considerados

apropriados, como os asilos e locais caritativos tradicionais. O segundo tipo de tratamento semelhante essa fase da vida como um dos riscos para invalidez, doença e desemprego involuntário, e assim, seu direcionamento eram as contribuições das instituições de previdência.

Foi a partir da Revolução de Abril, que derrubou o regime ditatorial em 1974 pelo Movimento das Forças Armadas, que novas ações de política social passaram a ser dirigidas às pessoas idosas. As reformas advindas com o novo governo estiveram relacionadas à expansão da assistência e da rede solidária. Esta mudança se deu principalmente pelo abandono de uma prática curativista para a utilização de uma lógica universal de cuidados, fundamentada na promoção de saúde.

Com isso, foi criado em 1974 uma pensão social para todas as pessoas acima de 65 anos, ou que fossem inválidos e não tivessem nenhum tipo de benefício. Entretanto, a partir de 1978 é que de fato há uma verificação de que o papel do Estado na proteção social dos idosos não pode ser centrado somente na transferência monetária. Assim, a partir dessa fase são elaboradas infraestruturas de apoio, até então não existentes, a fim de integrar e promover a participação dos idosos na sociedade.

A Constituição de 1976, estabeleceu uma nova forma de gerir a velhice ao especificar o direito à aposentadoria, nas condições universais, e reconhecer esta fase como uma categoria social autônoma. De acordo com o artigo: O Estado promoverá uma política da terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas e a política da terceira idade deverá ainda proporcionar condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou a marginalização social das pessoas idosas e lhes ofereçam as oportunidades de criar e desenvolver formas de realização pessoal através de uma participação ativa na vida da comunidade.

Membro da União Europeia (UE) desde 1986, Portugal recebeu alguns direcionamentos da UE consequência da produção documental sobre a problemática do envelhecimento populacional. Foi a partir de 1999, proferido pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Idosas, que foi destacado a importância da adaptação dos sistemas de saúde para atender uma população cada vez mais idosa. A ONU destacou também a necessidade de desenvolver políticas públicas que tenham o objetivo do envelhecimento saudável, a fim de

buscar medidas de prevenção de acidentes, melhoria de cuidados e redução do número de idosos em situação de dependência. A OMS, desde 2002, também vem destacando pontos fundamentais para uma política verdadeira. Dentre as medidas apontadas, destaca-se a promoção da saúde, manutenção da funcionalidade e cuidados de longa duração em ambiente domiciliar.

Seguindo tais orientações, foi criado o Plano Nacional de Saúde (PNS) em 2004. Uma das medidas propostas pelo PNS foi o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas. Esse programa que busca por meio de estratégias e orientações responder as necessidades das pessoas idosas, esta fundamentado em três pilares: promoção de um envelhecimento ativo ao longo da vida; adequação aos cuidados de saúde às necessidades específicas dos idosos; desenvolvimento e promoção de ambientes capacitadores da autonomia e independência dos idosos. Tanto o PNS quanto o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas são tidos como marcos nas políticas públicas para a população idosa, pois a partir deles as decisões e estratégias na política ganharam novo foco.

Em 2006, o Decreto de Lei n.º 101/2006 cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). De acordo com a OMS os cuidados continuados são: sistema de atividades empreendidas por cuidadores (familiares, amigos e/ou vizinhos e/ou profissionais (saúde e serviços sociais) para garantir que uma pessoa que não esteja capaz de cuidar de si mesmo possa manter sua qualidade de vida, de acordo com suas preferências individuais, com o maior grau possível de independência, autonomia, participação, realização pessoal e dignidade humana.

Dessa forma, A RNCCI veio para responder às carências de assistência da população no geral, apesar dos idosos serem o principal alvo de intervenção da rede. A RNCCI proporciona serviços continuados e integrados por meio do atendimento ambulatorial, hospitalar e domiciliar. A ação busca preservar os idosos em seu ambiente, melhorando o seu acesso a um serviço com equidade e qualidade e que responda satisfatoriamente aos variados tipos e níveis de apoio social e cuidados que estes idosos necessitam.

Em 2004, foi implementado o Programa Nacional de Cuidados Paliativos que representa uma resposta à necessidade de tratar, cuidar e apoiar os doentes na fase final da vida. São cuidados prestados a doentes em momentos de intenção sofrimento, decorrente de doenças em fase avançada, com o principal objetivo de promover o seu bem-estar e qualidade de vida. Os cuidados paliativos incluem o

apoio à família, prestados por equipes e unidades específicas, em internamento ou no domicílio. Anos mais tarde é aprovada a lei n.º52 de 05 de setembro de 2012, a Lei de Bases dos cuidados paliativos que cria a Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

6. Considerações Finais

A dinâmica populacional tanto de Portugal como do Brasil se caracteriza por uma série de mudanças na sociedade, relacionadas às questões sociais e econômicas. Os dados examinados nos últimos censos dos dois países demonstram um aumento da população de idosos, no caso de Portugal, principalmente, nas regiões do interior do país e no Brasil o acelerado processo de envelhecimento como um fenômeno nacional. É imperativa, então, a necessidade de gerir ações e definir estratégias políticas específicas para essas populações que envelhecem.

Logo, os dados/informações apresentados nesse trabalho remetem a reflexão dos impactos desse aumento da longevidade e como ações/políticas públicas são fundamentais para a proteção e bem estar social dos idosos. Ações como a do estudo de caso precisam ser divulgadas a fim de incentivar jovens a realizarem trabalho voluntário para essa população que precisa estar em contato com outras gerações para que exista a leveza e o entusiasmo no processo de envelhecimento. Ademais, espera-se que as políticas públicas de Portugal direcionadas as pessoas idosas sirvam de exemplo para o Brasil, visto que o processo de envelhecimento, conforme os dados mostram, aconteceu em maior escala primeiramente em Portugal.

Pode-se observar que, apesar das diferentes formas de se organizarem os censos demográficos nos países em estudo, ambos confirmam que o envelhecimento é uma realidade e com a tendência de alcançar índices cada vez maiores nas próximas décadas. Dentro dessa perspectiva, as análises dos dados censitários aqui demonstrados podem ser utilizados para a produção de ações/políticas de atenção ao idoso, dado que são elas que podem auxiliar nas transformações sociais e na proteção das pessoas idosas.

7. Referências

- Ames, B. & Youatt, J. **Intergenerational education and service programming: A model for selection and evaluation of activities.** Gerontology, 20(8), 1994.
- Barreto, J. **Envelhecimento e qualidade de vida: o desafio actual.** Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto, V.15, 2005.
- CARLSON, M.. **Evidence for Neurocognitive Plasticity in At-Risk Older Adults: The Experience Corps Program.** The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences. Volume 64A Issue (12).Pp.1275-1282. 2009.
- Closs, V; Schwanke, C. **A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010.** Scielo. Instituto de Geriatria e Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2011.
- Grazina, M; Sousa, A.. **Intergeracionalidade: que futuro?.** VII Congresso Português de Sociologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2012.
- Félix, J. **Economia da Longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional.** Abres, 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária, 2012.**
- INE – Instituto Nacional de Estatística. **Recenseamento 2012.**
- Leme et al. **Solidariedade Intergeracional Familiar nas pesquisas brasileiras: revisão integrativa da literatura.** Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 17, n. 2, p. 37-52, 2016.
- MARCHIORI, S. **Políticas e Programas Sociais para o Envelhecimento Ativo e Saudável da População da Cova da Beira: Uma Revisão Sistêmica.** Covilhã, 2019.
- Neri, A. **Palavras-chave em Gerontologia.** Campinas: Alínea, 2005.
- Nós, Portugueses.** RTP, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.
- Nunes, L. **Promoção do Bem-Estar Subjectivo dos Idosos através da Intergeracionalidade.** Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,

2009.

Nuts 2013. **As novas unidades territoriais para fins estatísticos**. Lisboa, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Plano de ação internacional para o envelhecimento**. Trad. Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2002.